



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ  
CONCIDADES-CE**

**RELATÓRIO 2016**

**FORTALEZA  
JANEIRO 2017**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

**PRESIDÊNCIA**

**Lucio Ferreira Gomes**  
PRESIDENTE

**Francisco Quintino Vieira Neto**  
VICE PRESIDENTE

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**Francisco das Chagas Lopes da Silva**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO

**Isaura Maria Garcia**  
e  
**Sâmia Karininy Oliveira Moura**  
EQUIPE TÉCNICA

**FORTALEZA  
JANEIRO 2017**



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

## SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	04
2.	Atuação 2016.....	06
3.	Anexos .....	07
	• Ata 24ª Reunião Ordinária – 07 de março de 2016.....	07
	• Ata 25ª Reunião Ordinária – 11 de abril de 2016.....	11
	• Ata 26ª Reunião Ordinária – 22 de agosto de 2016.....	14
	• Ata 27ª Reunião Ordinária – 21 de novembro de 2016.....	20



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

## 1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual das Cidades do Ceará – ConCidades/CE, criado pela Lei Nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, constitui importante instrumento de gestão democrática da Política de Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, do Estado do Ceará.

Na sua composição, o ConCidades/CE conta com vinte e nove entidades membros titulares e suas respectivas suplentes, sendo treze pertencentes ao Poder Público e dezesseis à Sociedade Civil, as quais cumprem mandato de três anos.

A Gestão 2013-2016, devidamente atualizada, encontra-se assim representada:

### **Poder Público**

#### Federal:

- Caixa Econômica Federal;
- Superintendência do Patrimônio da União no Ceará;

#### Estadual:

- Secretaria das Cidades;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria do Planejamento e Gestão;
- Secretaria do Turismo;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico;
- Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará;
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

#### Municipal:

- Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- Associação dos Municípios do Estado do Ceará;
- União dos Vereadores e Câmaras do Ceará.



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

### **Sociedade Civil**

- Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas;
- Federação das Associações de Itapajé;
- Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza;
- Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará;
- Conselho Comunitário de Defesa Social;
- Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará;
- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará;
- Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará;
- Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará;
- Universidade Federal do Ceará;
- Universidade Regional do Cariri,
- Associação dos Geógrafos Brasileiros;
- Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos;
- Associação Beneficente de Guaiúba.

Ressalte-se que, como forma de ampliar a participação da Sociedade Civil nas decisões do ConCidades/CE, para cada uma de suas dezesseis entidades titulares, outra entidade, diversa da titular, exerce a respectiva suplência.

No exercício de 2016, o ConCidades/CE reuniu-se ordinariamente por quatro vezes, nos dias 07 de março, 11 de abril, 22 de agosto e 21 de novembro, respectivamente.



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

### 2. ATUAÇÃO 2016

Da atuação do Conselho, no exercício de 2016, destacamos:

- ✓ Atualização do Plano de Ação do Comitê Técnico de Transporte e Mobilidade Urbana do ConCidades;
- ✓ Apresentação da Lei Complementar N°162, de 20 de junho de 2016, que instituiu a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, no Estado do Ceará; o Sistema Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; o Sistema Estadual de Informações em Saneamento e criou o Fundo Estadual de Saneamento;
- ✓ 60(sessenta) Conferências Municipais das Cidades realizadas e submetidas à avaliação e validação da Comissão Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, formada por conselheiros do ConCidades/CE;
- ✓ Apoio virtual às Comissões Preparatórias Municipais na preparação das conferências nos municípios;
- ✓ Suporte presencial de conselheiros do ConCidades/CE e/ou membros da Secretaria Executiva do ConCidades a 18 (dezoito) municípios, com palestras e orientações, nas suas respectivas conferências municipais;
- ✓ Nomeação dos membros da Coordenação Executiva do ConCidades/CE, para o período agosto/2016 a abril/2017, através da Resolução Normativa nº 05.

As atas geradas a partir das quatro reuniões realizadas no ano de 2016 encontram-se a seguir anexadas. Relativamente ao Plano de Ação do Comitê Técnico de Transporte e Mobilidade Urbana do ConCidades/CE, atualizado, constitui anexo único da ata da última reunião de 2016 e pode ser facilmente visualizado no site da Secretaria das Cidades (<http://www.cidades.ce.gov.br>), na guia *ConCidades/Comitês Técnicos*.

Fortaleza-Ce, 30 de janeiro de 2017.



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

### 3. ANEXOS

#### CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º  
2 andar do Ed. Seplag, Cambéa, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao sétimo dia do mês  
3 de março, do ano de dois mil e dezesseis, às 10:00h, com a presença da maioria simples dos  
4 membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a  
5 presidência do Secretário Executivo do ConCidades/CE, Sr. Francisco das Chagas Lopes da  
6 Silva. PAUTA: 1). Abertura, Informes e Aprovação: da Pauta da 24ª Reunião Ordinária e  
7 da Ata da 3ª Reunião Extraordinária; 2) Apresentação do resultado dos Seminários  
8 Regionais; 3) Retomada Capacitações Conselheiros e Reuniões mensais Comitês Técnicos –  
9 Avaliação; 4) 6ª Conferência Estadual das Cidades; 5) Conferências Municipais das Cidades.  
10 PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os  
11 segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e  
12 Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e  
13 Organizações Não Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme registrado  
14 nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Francisco das Chagas Lopes da Silva (Secretário**  
15 **Executivo do ConCidades**, após confirmar a existência de *quórum*, deu início à reunião,  
16 saudando e agradecendo a presença de todo(a)s. Antes que se procedesse à apreciação da  
17 Pauta da presente reunião e da Ata da 3ª Reunião Extraordinária, o coordenador do  
18 Comitê Técnico de Saneamento Ambiental e Saúde, Sr. **Alceu Galvão**, em virtude de haver  
19 sido chamado a Casa Civil, poucos minutos antes, impossibilitando-o de aguardar o  
20 momento dos “Informes”, previsto em Pauta, durante o qual se manifestaria, solicitou lhe  
21 fosse antecipado o espaço para uma breve explanação sobre o Plano Nacional de  
22 Saneamento Básico, de grande interesse para o ConCidades/CE. Atendido em seu pedido, o  
23 Sr. Alceu discorreu brevemente sobre o assunto, esclarecendo e respondendo aos  
24 questionamentos e colocações feitas pelos presentes durante sua explanação. Relativamente  
25 às colocações feitas pela conselheira **Ana Valéria** (Faceds/Aracati), entre elas a pertinente à  
26 Estação de Tratamento de Esgoto do município de Aracati, inserida em área de preservação  
27 ambiental, o Sr. Alceu informou que lhe daria retorno por e-mail. Finalizando sua  
28 participação, o Sr. **Alceu Galvão** colocou-se à disposição do ConCidades para discutir  
29 temas relacionados a sua área de atuação, bastando, para isto, que fosse solicitado via  
30 Secretaria Executiva do ConCidade/CE. Agradecendo a participação do Sr. Alceu, o Sr.  
31 **Francisco Lopes** aproveitou para ressaltar a importância de os conselheiros do interior  
32 estimularem, em seus municípios, a criação do Conselho da Cidade, fórum importante de  
33 discussão e deliberador de encaminhamentos, com vistas à solução de questões locais, como  
34 aquelas suscitadas a partir das informações dadas pelo Sr. Alceu. Neste sentido, exortou os  
35 conselheiros a contribuírem para a criação do Conselho da Cidade, em seus respectivos  
36 municípios. Em seguida, **Francisco Lopes** deu início ao processo de apreciação da Pauta da  
37 24ª Reunião Ordinária do ConCidades/Ce e da Ata da 3ª Reunião Extraordinária, o qual  
38 culminou com a aprovação de ambas, por unanimidade. Sobre a pauta, **Isaura Garcia**



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

39 (Sexec/ConCidades) se manifestou para lembrar que, relativamente ao cronograma de  
40 reuniões do Conselho, o Presidente Lucio Gomes, no último encontro, solicitara fosse  
41 apreciado na reunião seguinte. Neste sentido, e desculpando-se pelo esquecimento, propôs  
42 que referido cronograma fosse apreciado pelos conselheiros naquela reunião, com o que  
43 todos concordaram. Em seguida, foi colocada à avaliação dos senhores(as) conselheiros(as) a  
44 retomada do Programa de Capacitação e a mudança na frequência das Reuniões dos  
45 Comitês Técnicos, de bimensal para mensal. Sobre as capacitações, lembrou os presentes de  
46 que o ano de 2016 constituía ano de início do processo de realização das Conferências das  
47 Cidades, as quais, no nível dos municípios, deveriam ser realizadas até o dia 05 de julho de  
48 2016, e que, além disso, tratava-se de um ano eleitoral, no qual invariavelmente os  
49 conselheiros se envolvem nas campanhas, no âmbito de seus municípios. Relativamente à  
50 mudança na frequência das reuniões dos Comitês Técnicos, proposta na última reunião,  
51 mas não levada a efeito por qualquer comitê, Francisco Lopes ressaltou quão importante é  
52 os comitês se organizarem para se reunirem, no mínimo, a quando das reuniões do  
53 ConCidades, para discutir os assuntos relacionados a suas respectivas áreas de atuação,  
54 resgatando, inclusive, seus respectivos Planos de Ação. Após essas considerações, colocou os  
55 dois assuntos à avaliação dos conselheiros para tomarem uma decisão, tendo os  
56 conselheiros, de modo geral, sido favoráveis à postergação para o próximo ano, da  
57 retomada do Programa de Capacitação. Relativamente às reuniões dos Comitês Técnicos, as  
58 manifestações foram no sentido de mantê-las, inicialmente, fazendo parte das reuniões do  
59 ConCidades. Sobre os pontos de pauta “Conferências Municipais das Cidades” e  
60 “Seminários Regionais”, Francisco Lopes alertou para o prazo de convocação extraordinária  
61 que se encerraria no dia 30 de março. Na sequência, apresentou aos conselheiros o resultado  
62 da realização dos 11 (onze) Seminários Regionais que, em suma, obteve a participação de 74  
63 municípios, dos 184 convidados, sendo que dos 74 municípios, até aquele momento,  
64 somente 35 tinham convocado suas Conferências Municipais. Concluída a apresentação e  
65 prestadas todas as informações solicitadas no seu decurso, Francisco Lopes acrescentou que  
66 a Sexec/ConCidades, com o apoio da Sra. Guaracimeire Matos, estava desenvolvendo uma  
67 metodologia orientadora para os municípios que fossem realizar suas conferências, no  
68 sentido de ajudá-los naquele processo, de vez que não seria possível participar de todas elas.  
69 Adentrando no tópico Conferência Estadual das Cidades e após informar aos presentes que  
70 o Decreto de Convocação para 6ª Conferência Estadual já havia sido publicado no Diário  
71 Oficial do Estado de nº024, de 04 de fevereiro de 2016, Francisco Lopes submeteu à  
72 apreciação dos conselheiros o Regimento da 6ª Conferência Estadual, elaborado pela  
73 Comissão Preparatória da 6ª Conferência Estadual, contudo, por entenderem os  
74 conselheiros que a apreciação do documento demandaria um tempo maior, acharam por  
75 bem deliberar, primeiramente, sobre o cronograma de reuniões ordinárias do ConCidades  
76 para 2016, tendo sido aprovado o seguinte calendário:

Março	Abril	Junho	Agosto	Outubro	Dezembro
07/03/16	11/04/16	20/06/16	08/08/16	31/10/16	12/12/16

77



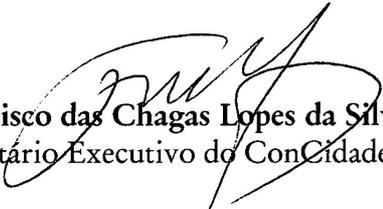
## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

78 Em seguida, foi retomada a apreciação do Regimento da 6ª Conferência das Cidades, cujo  
79 conteúdo já havia sido dado a conhecer previamente a todos os conselheiros. Em meio a  
80 alguns esclarecimentos que estavam sendo dados pelo Sr. Francisco Lopes, a conselheira  
81 **Sandra de Souza** (Seplag) interveio para, considerando ser o documento já de  
82 conhecimento de todos; haver a Comissão Preparatória o elaborado em consonância com o  
83 Regimento Nacional, adaptando o que coubesse para o nível estadual; e como forma de  
84 manifestar confiabilidade no trabalho realizado pela Comissão Preparatória, sugerir, caso  
85 não houvesse qualquer manifestação em contrário ou qualquer proposta de alteração no  
86 corpo do documento, que o Regimento da 6ª Conferência Estadual fosse aprovado por  
87 aquele plenário, sugestão, esta, unanimemente acatada por todos os conselheiros. Concluído  
88 esse tópico, pediu a palavra o Sr. **Odilo Almeida** (Cau/Ce) para colocar uma aflição sua e  
89 dos arquitetos, em relação às Conferências das Cidades. Neste sentido, a partir de sua  
90 experiência de participação naqueles eventos municipais, em anos anteriores, colocou que as  
91 conferências eram absolutamente improdutivas, onde a visão dos participantes ficava  
92 limitada a propostas como “eu preciso de uma ponte”, “eu preciso de uma escola”, “eu  
93 preciso melhorar a iluminação pública”, enfim, uma coisa inócua, improdutiva. Informou  
94 que no nível federal o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, junto com o Instituto de  
95 Arquitetos do Brasil, têm conseguido fazer avançar algumas questões e aprovar alguma  
96 coisa relevante, mas no nível dos municípios os resultados eram pífios, não se alcançando  
97 sequer a instalação de Conselhos Municipais. Indagou de como o Conselho das Cidades do  
98 Ceará poderia influenciar nesse processo para que das conferências municipais pudessem  
99 sair coisas concretas, em matéria de política pública e ressaltou que dividia aquela sua  
100 preocupação com o ConCidades por considerá-lo uma instância importante e adequada à  
101 discussão daquele assunto. Francisco Lopes corroborou com as colocações do Sr. Odilo e  
102 confirmou os Conselhos Municipais constituíam a instância ideal para aquelas discussões  
103 para que, na conferência, fossem colocadas objetivamente as preocupações do conselho,  
104 com foco no tema estabelecido. O Sr. **José Lino** (Defensoria Pública/Ce) também se  
105 manifestou, sugerindo que a Secretaria das Cidades fizesse um seminário com os  
106 coordenadores de cada município para nivelar as instruções, orientações e metodologia.  
107 Francisco Lopes, disse que poderia entrar em contato com os coordenadores para ver quem  
108 tinha interesse de se deslocar a Fortaleza para que pudessemos fazer essa padronização de  
109 procedimentos. O Sr. Odilo também sugeriu que no nível municipal também se fizesse uma  
110 comparação com a última conferência para que não se repetissem as mesmas coisas, além  
111 disso, disse que seria razoável se alguns membros do ConCidades pudessem estar presentes  
112 nas conferências municipais. Neste sentido, Francisco Lopes acrescentou que seria  
113 importante para os conselheiros que se dispusessem a fazê-lo se prepararem para aquele  
114 momento, com o objetivo de, nas conferências, manter o foco na discussão da função social  
115 da cidade e da propriedade. Nesse ponto, **Odilo Almeida** interveio novamente para sugerir  
116 a formação de uma comissão constituída pela Sra. Sandra de Souza (Seplag), Sr. José Lino  
117 Fonteles (Defensoria/Ce) e por ele, Odilo Almeida (Cau/Ce), para elaborar uma minuta de  
118 resolução do ConCidades tratando da proposta a seguir, a qual já tinha sido apresentada à  
119 Secretaria das Cidades na gestão do Sr. Ivo Gomes e que poderia ser resgatada e apresentada



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

120 ao gestor atual. Caso aquiescida a proposta, o tema poderia vir a ser, inclusive, tratado nas  
121 conferências municipais e na conferência estadual. Para melhor fundamentar sua proposta,  
122 esclareceu que na Constituição Federal a competência de fazer planejamento urbano é do  
123 município, enquanto que na Lei Federal nº12.378/2010 referida atividade compete aos  
124 arquitetos e urbanistas. Nesse sentido, disse, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem  
125 enviado ofícios às prefeituras recomendando que contratem arquitetos para seus corpos  
126 técnicos para ajudarem na construção das políticas de desenvolvimento urbano, contudo, as  
127 Prefeituras, via de regra, respondem que não dispõem de verba orçamentária para esse fim.  
128 Feitas essas colocações, o Sr. Odilo passou à apresentação da proposta em si, que consiste na  
129 criação de residência para arquitetos e urbanistas nos municípios, residência que seria criada  
130 a partir de um convênio tripartite entre a Universidade, o Conselho de Arquitetura e  
131 Urbanismo ou o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e a Secretaria das Cidades. Nesse  
132 convênio, a Secretaria das Cidades pagaria uma bolsa para os profissionais, os quais seriam  
133 treinados pelo Cau/IAB/SCidades e enviados aos municípios, onde permaneceriam por um  
134 a dois anos, remunerados com a bolsa, período ao final do qual receberiam diploma de pós  
135 graduação. Finalizando com o comentário de que “fazer política de desenvolvimento  
136 urbano sem a participação de um arquiteto urbanista é como fazer política de saúde sem  
137 médico ou política de educação sem professor”, afirmou que aquela era uma proposta  
138 concreta que queria trazer para dentro do Conselho, com o objetivo de evoluir para uma  
139 proposta de política pública. Francisco Lopes, sobre aquela sugestão, acrescentou que  
140 poderia ser feita uma articulação com o IDECI, o qual tem como papel o apoio à  
141 elaboração de planos, seja de mobilidade, seja plano diretor, esclarecendo que aquele  
142 instituto atua diretamente no município por demandas. Concluindo, o Sr. Odilo informou  
143 que a comissão formada iria se reunir para elaborar a minuta de resolução, norteando a ação  
144 de cada órgão participante do convênio, para ser apresentada à apreciação, na próxima  
145 reunião do conselho. A sugestão foi acatada, comprometendo-se os integrantes da comissão  
146 em providenciar a elaboração da minuta. Concluídos os pontos previstos na pauta, por  
147 solicitação do Sr. Paulo César, Coordenador Administrativo-Financeiro da SCidades, foi  
148 realizada pela Sra. Marília Gouveia, Coordenadora da UGP I/Cariri Central, da SCidades,  
149 uma apresentação do andamento das ações e obras previstas no Projeto Cariri Central,  
150 executadas até aquele momento, ressaltando que referido projeto já se encontrava na reta  
151 final para sua conclusão. Finalizada a apresentação e nada mais havendo a tratar, o  
152 **Secretário Executivo do ConCidades, Francisco Lopes**, agradeceu a presença e  
153 participação de todo(a)s e deu por encerrada a presente reunião.

  
**Francisco das Chagas Lopes da Silva**  
Secretário Executivo do ConCidades



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

## CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), 3º  
2 andar do Ed. Seplag, Cambéba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao décimo-primeiro  
3 dia do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, às 08:30h, com a presença da maioria  
4 simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará -  
5 ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do  
6 ConCidades-CE, Sr. Francisco Quintino Vieira Neto. PAUTA: 1). Abertura, Informes e  
7 Aprovação da Pauta da 25ª Reunião Ordinária e da Ata da 24ª Reunião Ordinária; 2)  
8 Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos: de Desenvolvimento Habitacional de Interesse  
9 Social; de Saneamento Ambiental e Saúde; de Planejamento e Desenvolvimento Urbano,  
10 Territorial e Integração Regional; e de Transporte e Mobilidade Urbana; 3) Apresentação  
11 dos Comitês: de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social; de Saneamento  
12 Ambiental e Saúde; de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração  
13 Regional; e de Transporte e Mobilidade Urbana; 4) Conferências Municipais das Cidades:  
14 Quadro de acompanhamento da convocação; Participação dos Conselheiros como  
15 palestrante / apoio às Conferências nas suas regiões; Estratégia para sensibilizar os  
16 municípios que não convocaram conferências municipais; Informe sobre apresentação  
17 padrão e sugestão de metodologia; 5) Apreciação da minuta da Resolução Recomendada Nº  
18 05 - CAU; 6) Eleição da composição da Coordenação Executiva e aprovação da Resolução  
19 Normativa Nº 05. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes,  
20 representando os segmentos Poder Público Executivo; Poder Público Legislativo;  
21 Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais,  
22 Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais, além de convidados e  
23 ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Francisco**  
24 **Quintino Vieira Neto (Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do**  
25 **ConCidades)**, confirmada existência de *quórum*, deu início à reunião, saudou e agradeceu a  
26 presença de todo(a)s, parabenizou os conselheiros pela vontade que têm de planejar o Ceará  
27 para o momento atual e para um futuro próximo, e louvou o trabalho da Secretaria  
28 Executiva do ConCidades pelo empenho na organização e realização das reuniões daquele  
29 Conselho, que chegava, naquele dia, ao seu 25º encontro. Ressaltou que as portas da  
30 Secretaria estavam abertas aos municípios e àquele grupo que ali se encontrava, com  
31 disposição para fazer as coisas acontecerem, principalmente para os mais humildes do  
32 Estado do Ceará. Em seguida, pediu que os conselheiros dedicassem especial atenção à área  
33 do Saneamento, a qual vinha merecendo, no âmbito do Estado, grande atenção da  
34 Secretaria das Cidades, traduzida, entre outras ações, na implementação de aterros  
35 sanitários na região norte do estado e em outras regiões como a de Limoeiro, de Aracati e  
36 do Cariri. Manifestou, por fim, que a Secretaria das Cidades contava com o apoio do  
37 ConCidades-Ce, certa de que, com essa ajuda, esse processo aconteceria o mais rápido  
38 possível. Após desculpar-se pela ausência do Secretário Lucio Gomes e, também, por não

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba  
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

39 poder continuar presidindo aquela reunião, passando o encontro a ser conduzido pelo  
40 Secretário Executivo do ConCidades, Sr. Francisco das Chagas Lopes da Silva, que lhe deu  
41 sequência apresentando inicialmente à apreciação dos conselheiros a Pauta da 25ª Reunião  
42 Ordinária, bem como a minuta da Ata da 24ª Reunião Ordinária. Sobre a Pauta, Francisco  
43 Lopes abriu espaço para observar e pontuar que a Coordenação Executiva do ConCidades,  
44 que tem entre suas atribuições a de definir a pauta das reuniões do Conselho, não vinha se  
45 reunindo, apesar dos insistentes apelos feitos pela Secretaria Executiva naquele sentido,  
46 situação que concorrera para que a própria Secretaria Executiva, com apoio e anuência de  
47 alguns conselheiros e de coordenadores dos Comitês Técnicos, elaborasse a pauta que estava  
48 sendo apresentada à consideração de todos. Aproveitou, ainda, para ressaltar que também a  
49 Comissão Preparatória da 6ª Conferência Estadual, da mesma forma, não mais se reunira  
50 para tratar dos assuntos sob sua responsabilidade, e lembrou, por fim, que os membros da  
51 Secretaria Executiva do ConCidades não eram conselheiros, não lhes cabendo, por  
52 conseguinte, a prerrogativa de tomar decisões pelo Secretário ou pela Coordenação  
53 Executiva, em relação à definição dos temas a serem tratados nas reuniões, ou pela  
54 Comissão Preparatória Estadual, em relação às análises e validações das conferências  
55 municipais. Aprovadas, por unanimidade, a Pauta da 25ª Reunião Ordinária e a Ata da 24ª  
56 Reunião Ordinária, foram iniciadas as reuniões de cada um dos quatro Comitês Técnicos,  
57 previstas em pauta. Antes de iniciadas as reuniões, os conselheiros Vinícius Noronha da  
58 Costa (Defensoria Pública) e Anatalice da Silva Cavalcante (Cedeca/Itaitinga) manifestaram  
59 desejo de migrar, ambos, para o Comitê de Saneamento e Saúde, no que foram atendidos.  
60 Após as reuniões dos Comitês, o representante de cada um deles apresentou ao plenário o  
61 resultado da análise feita por seus integrantes em relação ao respectivo Plano de Ação,  
62 tendo, ao final das apresentações, o coordenador de cada comitê se responsabilizado pelo  
63 repasse à Secretaria Executiva do Conselho, da ata gerada a partir da reunião de seu comitê,  
64 acompanhada do respectivo Plano de Ação ajustado, para publicação no espaço  
65 ConCidades, no site da Secretaria das Cidades. Sobre as apresentações feitas, o Secretário  
66 Executivo do ConCidades sugeriu que no próximo encontro dos comitês fosse verificado  
67 quais demandas anteriormente feitas haviam sido contempladas no Plano Pluri Anual -  
68 PPA, pois havia participado daquele processo e acreditava que várias delas, relacionadas ao  
69 Saneamento Básico, por exemplo, haviam sido contempladas no PPA. Em seguida, os  
70 trabalhos foram suspensos, tendo sido retomados ao início da tarde para tratar do próximo  
71 ponto previsto na pauta - Conferências Municipais das Cidades, ocasião em que o Sr.  
72 Francisco Lopes apresentou aos presentes o cronograma de realização das Conferências  
73 Municipais, devidamente atualizado, inclusive com as demandas por palestrantes feitas por  
74 alguns municípios. Neste sentido, solicitou aos conselheiros presentes que se manifestassem  
75 em relação à possibilidade de participarem de algumas daquelas conferências,  
76 preferencialmente aquelas que demandavam palestrantes, tendo os conselheiros a seguir se  
77 disponibilizado a fazê-lo, nos respectivos municípios indicados, a saber: conselheiro Cícero  
78 Ricardo Pinho, em Granjeiro (27/04); conselheiro José da Silva Souza, em Cariré (07/06),  
79 Groaíras (09/06) e Sobral (21/05); conselheira Anatalice Cavalcante, em Pedra Branca (22/06) e Itaitinga (17/06); conselheiro Vinícius Noronha da Costa, em Itaitinga (17/06) e



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

81 Itapiúna (10/05); e conselheira Antonia Luzanira Lima, em Tauá (18/05). Além destes,  
82 manifestaram-se, ainda, o Secretário Executivo do ConCidades, Francisco Lopes, para  
83 informar que estaria em São Benedito (25/04), onde apoiaria a conferência local  
84 ministrando palestra e acompanhando toda a sua realização. Relativamente à conferência do  
85 município de Tauá, o representante do Ideci informou que aquele instituto também se faria  
86 presente e, juntamente com o Secretário Executivo do ConCidades, Francisco Lopes,  
87 dariam todo o apoio e suporte com palestras, no evento. Dando sequência à pauta, foi  
88 apresentada pelo conselheiro Odilo Almeida (CAU-CE) e colocada à apreciação dos demais  
89 conselheiros a Resolução Recomendada N° 05, de 11 de abril de 2016, que recomenda o  
90 fortalecimento das políticas de desenvolvimento urbano através do incentivo à residência de  
91 arquitetos e urbanistas nos municípios, tendo sido a mesma aprovada pelos presentes. Em  
92 seguida, foi a vez da Resolução Recomendada N° 06, de 11 de abril de 2016, de autoria dos  
93 membros do Comitê de Saneamento, e também aprovada pelos conselheiros,  
94 recomendando o encaminhamento, ao Conselho Nacional das Cidades, de proposta de  
95 realização de Curso ou Oficina para qualificação dos conselheiros do ConCidades/Ce na  
96 matéria específica “Água, Esgoto, Resíduo e Drenagem”. Havendo, ainda, mais uma  
97 Resolução a ser apresentada e apreciada pelo plenário e considerando ser a mesma de caráter  
98 Normativo, os conselheiros presentes à ocasião, já em número bastante reduzido, de  
99 comum acordo decidiram por transferir sua apreciação para a próxima reunião do  
100 ConCidades/Ce, a ocorrer no mês de junho de 2016. As Resoluções Recomendadas de N°  
101 05 e N° 06, retrocitadas, encontram-se anexadas à presente ata, da qual constituem parte  
102 integrante. Nada mais havendo a tratar, o **Secretário Executivo do ConCidades,**  
103 **Francisco Lopes,** agradeceu a presença e participação de todo(a)s e deu por encerrada a  
104 presente reunião.

  
**Francisco Quintino Vieira Neto**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades/CE



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

### CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar  
2 do Ed. Seplag, Cambéba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao vigésimo-segundo dia  
3 do mês de agosto, do ano de dois mil e dezesseis, às 08:30h, com a presença da maioria  
4 simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará -  
5 ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do  
6 ConCidades-CE, Sr. Francisco Quintino Vieira Neto. PAUTA: 1). Abertura, Informes,  
7 Aprovação da Pauta, Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária; 2) Coordenação  
8 Executiva: **manutenção** (com indicação de novos membros) ou **exclusão da estrutura do**  
9 **ConCidades**; 3) Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos; 4) Apresentação dos Comitês  
10 Técnicos; 4) Apresentação VLT Parangaba/Borges de Melo; 5) Balanço Conferências  
11 Municipais das Cidades. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e  
12 suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e  
13 Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de  
14 Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados e ouvintes, conforme  
15 registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Francisco Quintino Vieira Neto**  
16 **(Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades)**, confirmada  
17 existência de *quórum*, deu início à reunião saudando os presentes e manifestando o prazer  
18 de estar participando daquele encontro. Ressaltou a importância do ConCidades, no sentido  
19 em que discute os problemas dos municípios e procura ajudá-los a trabalhar de forma mais  
20 organizada. Nesse sentido, citou o caso da região do CRAJUBAR, compreendida pelos  
21 municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, para a qual se pretende a elaboração de um  
22 Plano Diretor único, por não se conceber mais tratá-los como três municípios isolados. Por  
23 conta de esses três municípios insistirem em trabalhar separadamente um do outro,  
24 acrescentou, a oportunidade de o Cariri ter um Aterro Sanitário acabou sendo desperdiçada.  
25 Adiantou, contudo, que a Secretaria das Cidades já estava atuando junto à equipe do  
26 Saneamento com o objetivo de aquela região vir a ser beneficiada, o mais cedo possível,  
27 com o Aterro Sanitário. Ressaltou, ainda, quão fundamental era o papel dos conselheiros,  
28 pois a partir do conhecimento das dificuldades existentes em suas regiões poderiam  
29 contribuir com os grandes projetos da Secretaria, como UGP I e UGP II. Concluiu  
30 enfatizando que a atualização dos Planos Diretores, por parte dos municípios, era  
31 fundamental para que tudo acontecesse de forma organizada. Por fim, agradeceu a  
32 presença de todo(a)s e colocou-se à disposição do Conselho, desejando um bom trabalho a  
33 todos. Em seguida, o Sr. Mário Fracalossi, conselheiro representante da Prefeitura Municipal  
34 de Fortaleza, pediu a palavra para dizer que a SCidades exercia um papel fundamental no  
35 processo de articulação com os municípios, especialmente no tocante ao desenvolvimento  
36 urbano integrado, mas que essa visão integrada ficava muitas vezes prejudicada em função  
37 de dificuldades ideológicas e/ou partidárias, acarretando prejuízos para a população, que  
38 acabava por não conseguir o que almejava. Aproveitou para informar que, em Fortaleza, a  
39 Prefeitura vinha tendo uma experiência muito interessante com o Projeto "Fortaleza 2040",  
40 que constituía um resgate do planejamento de longo prazo. Ressaltou que todas as cidades  
41 do Ceará precisavam ter essa visão, e isso se iniciava com o Plano Diretor, o qual deveria  
42 resultar não só do olhar para o município, mas para a região em que estava inserido, sendo  
43 esta a maior dificuldade a ser superada. Lamentou que o Conselho da Região Metropolitana  
44 de Fortaleza estivesse completamente adormecido, contribuindo para a continuidade da



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

45 visão individualista e de curtíssimo prazo dos municípios, a qual dificultava ao Estado  
46 desenvolver e neles estabelecer esse processo de visão e atuação integrada. De posse do  
47 quadro de municípios que realizaram suas Conferências Municipais, distribuído ao início da  
48 reunião aos conselheiros, o conselheiro Fracalossi comentou que retratava bem aquele  
49 problema, à medida que revelava a falta de visão de cidade e de desenvolvimento por parte  
50 dos municípios em geral, os quais só se dispõem a fazer algo se o não fazê-lo implicar em  
51 suspensão de algum repasse de verba. Voltando ao Projeto "Fortaleza 2040", disse que seu  
52 grande desafio era montar um modelo de governança para que o planejamento se  
53 mantivesse ativo. Neste sentido, indagou em que medida o ConCidades/CE, com o apoio da  
54 Secretaria das Cidades, poderia desenvolver um plano ou programa de desenvolvimento de  
55 capacidades dentro do município, porque mais do que elaborar planos era fundamental  
56 desenvolver capacidades dentro dos municípios. Por fim, colocou que o ConCidades/CE já  
57 trabalhara no incentivo à criação dos Conselhos Municipais das Cidades, mas que o  
58 resultado havia sido frustrante, haja vista o número ínfimo criado, contudo, finalizou, o  
59 conselho deveria insistir e persistir nesse trabalho junto aos municípios. O conselheiro José  
60 Lino Fonteles, representante da Defensoria Pública Estadual, corroborou com as colocações  
61 do Sr. Mário Fracalossi, destacando, dentre elas, a de que se deve manter o processo de  
62 contínua sensibilização dos gestores públicos municipais em relação à criação dos  
63 Conselhos das Cidades. Em seguida, a palavra foi passada à conselheira Firmiana Siebra,  
64 representante da URCA, que após enfatizar quão importante seria elaborar um Plano Diretor  
65 para a Região Metropolitana do Cariri, como um todo, aproveitou, também, para falar de  
66 uma grande preocupação da URCA em relação ao deslocamento de seus alunos na área do  
67 Geopark Araripe e seus geossítios, neste sentido, pedia a devida atenção da Secretaria das  
68 Cidades para a falta de infraestrutura adequada de transporte e mobilidade para atender aos  
69 deslocamentos diários de alunos naquela área. Após essa intervenção, o Secretário  
70 Quintino Vieira pediu licença para ausentar-se, colocando-se à disposição de todos e  
71 passando o comando dos trabalhos ao Secretário Executivo do ConCidades, Francisco  
72 Lopes, o qual, na sequência, submeteu à apreciação da plenária a Ata da 25ª Reunião  
73 Ordinária, enviada previamente a todos os conselheiros e conselheiras, tendo sido a mesma  
74 aprovada na íntegra, por unanimidade. Em seguida, foi a vez de submeter à avaliação  
75 do(a)s conselheiro(a)s a Pauta da 26ª Reunião do ConCidades e, sobre a reunião dos  
76 Comitês Técnicos nela prevista, o conselheiro José da Silva Sousa, representante da  
77 FESEC/Sobral, indagou se os coordenadores dos comitês haviam sido avisados daquela  
78 reunião, ao que o Secretário Executivo do ConCidades respondeu que sim, aproveitando  
79 para mencionar a presença do Sr. Cyro Régis, coordenador do Comitê de Transporte e  
80 Mobilidade Urbana. Quanto aos demais coordenadores, informou estarem ausentes,  
81 registrando, contudo, a presença da Sra. Marcela Soares, representando a Coordenadoria  
82 de Saneamento, e a Sra. Guaracimeire Matos, representando a Coordenadoria de  
83 Habitação. Relativamente à Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, registrou que não  
84 se encontrava representada na reunião. Nessa ocasião, interveio o conselheiro Mário  
85 Fracalossi para pedir que ficasse registrado em Ata o seu protesto pela ausência daqueles  
86 coordenadores dos comitês técnicos. Corroborando com o Sr. Mário Fracalossi, o  
87 conselheiro José Airton Silva, representante da FAITA, ressaltou que a raiz do problema da  
88 Coordenação Executiva e dos Comitês Técnicos estava diretamente relacionada à postura  
89 do Presidente e Vice-Presidente do ConCidades, Secretário e Secretário-Adjunto das  
90 Cidades, respectivamente, em relação àquele Conselho. Diferentemente da gestão da qual  
91 fez parte o Sr. Mário Fracalossi, então Secretário Adjunto, e que participava das reuniões,  
92 do início ao fim, acrescentou, a gestão atual da Secretaria das Cidades não se envolvia



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

93 verdadeiramente na condução e no acompanhamento dos trabalhos ali desenvolvidos. Na  
94 sequência, vários conselheiros aproveitaram para, unanimemente, manifestar sua  
95 inquietação e insatisfação com a Secretaria das Cidades por esta não envolver nem  
96 convidar o ConCidades a participar de grupos ou comitês formados, no âmbito da Secretaria  
97 e suas vinculadas, para discutir e acompanhar projetos nas suas áreas de atuação,  
98 resultando dessa conduta, em relação ao Conselho, que pouco ou nada este fica sabendo  
99 sobre o que nelas acontece. Feitas essas intervenções, o Secretário Executivo do  
100 ConCidades, Francisco Lopes, retomou a palavra para dizer que se os conselheiros  
101 achassem melhor discutir questões internas, pertinentes ao funcionamento do conselho,  
102 poderiam alterar parcial ou integralmente a pauta que lhes estava sendo apresentada, de  
103 forma que viesse a atendê-los no que considerassem prioritário discutir à ocasião. Em meio  
104 às discussões que se seguiram, o conselheiro Cyro Régis, representante da Seinfra, pediu a  
105 palavra para registrar que, no caso do Plano de Ação do Comitê de Transporte e Mobilidade  
106 que coordenava, as ações que haviam sido definidas estavam fortemente vinculadas e  
107 associadas às questões do Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, de vez que  
108 a política de Transporte e Mobilidade Urbana estava inserida em um contexto maior, que era  
109 o da política de Desenvolvimento e Planejamento Urbano. Evocou, em seguida, sua  
110 participação, a convite da Secretaria das Cidades, em diversas etapas de um trabalho que  
111 tinha como fim último a elaboração de planos diretores, por parte de alguns municípios, para  
112 registrar que, imaginara fosse dado conhecimento aos conselheiros, em uma das primeiras  
113 reuniões de 2016 do ConCidades, dos resultados daquele trabalho, o que infelizmente não  
114 havia acontecido. Ressaltou, ainda, que por considerar importante o envolvimento da  
115 sociedade civil, houvera proposto no termo de referencia que não só as audiências públicas,  
116 mas também os conselhos locais ratificassem a elaboração e acompanhassem o  
117 andamento daqueles planos, sugerindo, inclusive, que o Conselho das Cidades do Estado  
118 do Ceará acompanhasse todo o processo. Disse, ainda, que as colocações feitas, somadas  
119 ao fato de haver-se chegado a mais uma reunião sem que qualquer retorno daquele  
120 trabalho estivesse em pauta e à recém anunciada ausência do coordenador da área de  
121 Planejamento e Desenvolvimento Urbano, rebatiam fortemente em cima do Comitê de  
122 Transporte e Mobilidade Urbana que coordenava. Concluindo, afirmou que era muito grave  
123 para a vida daquele Conselho a ausência das coordenações das áreas que compunham os  
124 Comitês Técnicos do ConCidades. Em seguida, a palavra foi passada a Srta. Marcela  
125 Soares, da Coordenadoria de Saneamento, que informou haverem sido sancionadas, em 20  
126 de junho de 2016, a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento  
127 Sanitário do Estado do Ceará; a Política Estadual de Resíduos Sólidos e a Política de Reuso  
128 de Água, tendo suas respectivas Leis sido publicadas no D.O.E. de 22 de junho de 2016.  
129 Marcela destacou, ainda, que dentro da Lei Complementar nº 162, que diz respeito à Política  
130 de Abastecimento de Água, encontra-se destacado o papel fundamental do Conselho  
131 Estadual das Cidades, o qual constitui um dos instrumentos que exercerá o controle social,  
132 no âmbito dessa Política. Assim, concluiu, a Lei traz em seu corpo alguns direitos e deveres  
133 pertinentes ao ConCidades. Neste ponto a conselheira Gorete Fernandes interveio para  
134 solicitar fosse enviada cópia da referida Lei a cada conselheira(o). Retomando a palavra,  
135 Marcela Soares ressaltou quão importante era fortalecer o ConCidades para que tivesse  
136 condições de cumprir o seu papel, conforme disposto naquela Lei. Por fim, desculpou-se em  
137 relação à ausência de seu coordenador, no caso, o de Saneamento, ressaltando que ali se  
138 encontrava como representante daquela área para acompanhar o encontro e para transmitir  
139 as informações que acabara de prestar. Em seguida, pronunciou-se novamente o  
140 conselheiro José Lino para reforçar as colocações feitas pelo conselheiro Cyro Régis e para



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

141 registrar que a participação social, no âmbito dos municípios, era tão incipiente que não  
142 dava para se dizer que ela, de fato, existia. Nesse sentido, disse que se o ConCidades  
143 quisesse mudar aquela realidade teria que assumir o papel de promotor da participação  
144 social nos municípios e que, para isso, haveria que discutir, debater e encontrar a forma  
145 adequada de como proceder para chegar à população e ajudá-la a se organizar e participar.  
146 Na sequência do encontro, a conselheira Gorete Fernandes pediu que fosse retomada a  
147 Pauta daquele encontro para que a plenária se manifestasse sobre sua aprovação ou não.  
148 Após ampla discussão, os conselheiro(a)s deliberaram por ajustar a PAUTA da 26ª Reunião  
149 Ordinária do ConCidades, a qual foi redefinida com os seguintes tópicos e aprovada por  
150 unanimidade: 1). *Abertura, Informes, Aprovação da Pauta, Aprovação da Ata da 25ª*  
151 *Reunião Ordinária;* 2) *Coordenação Executiva: **manutenção** (com indicação de novos*  
152 *membros) ou **exclusão da estrutura do ConCidades;*** 3) *Balço/Avaliação Conferências*  
153 *Municipais das Cidades;* 4) *Definição de um Plano Estratégico para o ConCidades/CE.* Ato  
154 contínuo, avançou-se diretamente para o segundo ponto da pauta, que tratava da  
155 manutenção ou exclusão da Coordenação Executiva do ConCidades, tendo sido aprovada  
156 por unanimidade a manutenção da Coordenação e indicados os nomes dos seguintes  
157 conselheiro(a)s para dela fazerem parte, até a realização da 6ª Conferência Estadual das  
158 Cidades: Representando o Poder Público, os conselheiros José Lino Fonteles da Silveira e  
159 Irisletyery Lima de Sousa Fernandes, e representando a Sociedade Civil, as conselheiras  
160 Maria Gorete Fernandes, Tereza Hilda Bezerra de Souza Costa e Anatalice da Silva  
161 Cavalcante. A minuta da Resolução Normativa Nº 05, que diz respeito à nomeação dos  
162 membros da Coordenação Executiva do ConCidades, elaborada à ocasião, constitui anexo  
163 único desta Ata. Avançando ao próximo ponto de pauta, o Secretário Executivo do  
164 ConCidades, Francisco Lopes, deu início à apresentação do balanço e avaliação das  
165 conferências municipais, tendo sido distribuído aos presentes um quadro que informava  
166 quais municípios haviam realizado suas conferências; quais haviam convocado, mas não  
167 realizado; e quais os que sequer haviam convocado. Num detalhamento ainda maior, o  
168 quadro apontava quantas conferências haviam sido validadas ou invalidadas e quantas  
169 ainda se encontravam sob análise, até aquele momento. Francisco Lopes fez um breve  
170 relato do desenrolar do processo de realização das conferências, iniciado com a elaboração,  
171 pela Secretaria Executiva do ConCidades, de minutas da documentação a ser providenciada  
172 pelos municípios, que juntamente com outros documentos informativos e orientadores  
173 compuseram o CD entregue, *in loco*, a todos os municípios que participaram dos nove  
174 Seminários Regionais de Sensibilização realizados e posteriormente enviado a todos os  
175 demais municípios cearenses que não haviam comparecido a qualquer seminário.  
176 Acrescentou, ainda, o esforço continuado daquela Secretaria Executiva e da Comissão  
177 Preparatória Estadual para atender os municípios, até onde fosse possível, em todas as  
178 suas carências, para que aquele processo se desenvolvesse a contento. Disse, ainda, que  
179 mesmo com a postergação do prazo de convocação das conferências para 06 de maio,  
180 autorizada pelo Ministério das Cidades, o retorno apresentara-se muito aquém do esperado.  
181 Em seguida, destacou o inestimável apoio dos conselheiro(a)s e técnico(a)s que se  
182 disponibilizaram a apoiar os municípios nas suas conferências, fosse ministrando palestra  
183 sobre o tema, fosse com a aplicação de metodologia de trabalho para que o evento fosse  
184 bem sucedido e gerasse os resultados pretendidos. Dito isto, Francisco Lopes aproveitou  
185 para informar aos conselheiros, relativamente aos recursos financeiros que mantêm o  
186 ConCidades e são disponibilizados via Contrato de Gestão da Secretaria das Cidades com o  
187 Instituto Agropolos do Ceará, que o contrato anterior vigera até março de 2016 e que o novo  
188 contrato havia sido firmado somente a partir de 16 de junho de 2016, situação que



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

189 comprometeu um apoio mais efetivo da Secretaria Executiva e do próprio ConCidades aos  
190 municípios, no período de 01/Abril a 15/Junho, período de maior incidência de conferências  
191 municipais. Esclareceu, ainda, que no contrato atual, em vigor até 31 de dezembro 2016,  
192 estavam previstas sete reuniões do ConCidades e/ou dos Comitês Técnicos; o apoio a dez  
193 conferências municipais; e o acompanhamento de atividades e mobilização dos parceiros do  
194 ConCidades. Desta feita, concluiu, não havia recursos disponíveis para outros fins, a não  
195 ser para aqueles previstos no contrato firmado. Relativamente aos Conselhos Municipais,  
196 informou que a Sexec/ConCidades, com base nos relatórios das conferências municipais,  
197 levantaria quais municípios tinham seus conselhos das cidades formalmente criados para,  
198 num eventual próximo Contrato de Gestão incluir meta relacionada ao fortalecimento  
199 daqueles conselhos. A conselheira Antonia Luzanira Lima, representante da FOSMUT,  
200 interveio para evocar uma demanda antiga feita ao IDACE e até hoje não atendida,  
201 relacionada ao Projeto Atlas de Divisas Georreferenciadas do Estado do Ceará, e dar conta  
202 de que a população daquele município se sentia prejudicada e precisava de respostas e  
203 esclarecimentos quanto àquele assunto. Nesse sentido, solicitou ao Sr. Francisco Lopes que  
204 providenciasse nova convocação daquele instituto para apresentar referido Projeto e  
205 atualizar os membros do Conselho sobre sua execução. Em seguida, o conselheiro José  
206 Lino comentou que havia sido feita toda a medição para a regularização fundiária na região  
207 do Litoral Oeste e que, até aquele momento, não se tinha notícia de como estava aquele  
208 processo. Então, aproveitava e solicitava que o IDACE retornasse ao Conselho também  
209 para prestar contas desse assunto. Após essas manifestações, pediu a palavra o Sr. José  
210 Arlindo Siebra Júnior, convidado, representante da Secretaria do Meio Ambiente de Crato,  
211 para esclarecer que a questão, no caso dos lotes do Ceará, havia sido o *geoscale*, o qual  
212 não fora homologado pelo Ministério por problemas no georreferenciamento, explicando, em  
213 seguida, que pelo contrato de serviços firmado, no georreferenciamento das propriedades  
214 os responsáveis pelo trabalho deveriam utilizar “marcos de cimento”, mas que, na verdade,  
215 haviam se utilizado de “mourão de cerca” para fazê-lo. Então, o Ministério, ao constatar a  
216 não observância do que fora estabelecido em contrato, não homologara o pagamento da  
217 terceira parcela, gerando um imbróglio judicial que mantinha processo paralisado até aquele  
218 momento. Na sequência, a palavra foi passada para a Sra. Socorro Almeida, Secretária de  
219 Planejamento de Tauá, que apontou como grande fragilidade, na maioria dos municípios, a  
220 inexistência de um setor que cuide do Desenvolvimento Urbano, assim como de pessoas  
221 qualificadas para tocar a discussão sobre esse tema. No máximo, acrescentou, o que se  
222 tem é uma Secretaria de Obras ou de Infraestrutura. Nesse contexto, voltando o olhar para  
223 as conferências municipais, ressaltou quão desafiador havia sido o tema proposto pela 6ª  
224 Conferência Nacional, não só pela ausência de profissionais qualificados nos municípios  
225 para falarem e discutirem sobre o tema, como pela falta de interesse geral, em relação a  
226 convocar ou participar das conferências, problemas estes, dentre outros, que contribuíram  
227 para o fraco resultado apresentado e que não cessariam enquanto não houvesse fomento.  
228 No âmbito do Conselho das Cidades, disse que via como grande desafio, primeiramente, a  
229 formação na área para os conselheiros, até porque a política de desenvolvimento urbano  
230 constituía algo muito novo. Neste sentido, sugeria que o ConCidades fizesse uma resolução  
231 recomendando ao Estado do Ceará que assumisse uma política de formação para os  
232 conselheiros municipais. Tomando como exemplo o Plano Diretor, disse que somente a  
233 partir dessa formação é que os conselheiros teriam condições para entender e avaliar se a  
234 norma estava sendo executada ou não. Concluiu apontando aquele que julgava ser o  
235 desafio maior, o de os gestores municipais praticarem a transparência, mediante a  
236 disponibilização para os conselhos municipais das informações pertinentes aos programas e



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

237 projetos sob responsabilidade da sua gestão. Em seguida, usou da palavra a Sra. Valéria  
238 Pinheiro, representante do Laboratório de Estudos da Habitação, da UFC, para enfatizar a  
239 importância do ConCidades e dizer quão imperioso era discutir formas de garantir recursos  
240 para sua manutenção no próximo orçamento da Secretaria das Cidades. Outro ponto para o  
241 qual a Sra. Valéria chamou a atenção foi para a discussão do Fundo Estadual de Habitação  
242 Social, por considerá-lo ponto de pauta forte, inclusive para a próxima Conferência Estadual  
243 das Cidades. Após essas participações, Francisco Lopes retomou a palavra para dizer que  
244 passariam direto aos encaminhamentos, de vez que não haveria tempo suficiente para  
245 abordar o último ponto da nova pauta aprovada, no caso, a “Definição de um Plano  
246 Estratégico para o ConCidades/CE”, sugerindo fosse marcada uma reunião exclusivamente  
247 para debater o tema. Na sequência, o Sr. Mário Fracalossi propôs o primeiro  
248 encaminhamento, o da Sexec/ConCidades preparar uma minuta de Resolução  
249 Recomendada solicitando à Secretaria das Cidades que proponha aos Bancos que  
250 financiam projetos da Secretaria incluir entre os critérios exigidos para liberação de recursos  
251 o de o município já ter seu Conselho das Cidades criado oficialmente e em pleno  
252 funcionamento. Relativamente à “Definição de um Plano Estratégico para o  
253 ConCidades/CE”, Mário Fracalossi sugeriu como encaminhamento resgatar o Plano  
254 Estratégico em vigor desde 2014, o qual contemplava, inclusive, estratégia e ações de  
255 capacitação para os conselheiros, para readequá-lo ao contexto atual vivenciado pelo  
256 Conselho. Em seguida, discutiu-se amplamente a ausência recorrente dos coordenadores  
257 da SCidades e de representante do IDECE nas reuniões do Conselho, fato considerado  
258 inadmissível uma vez que a Sexec/ConCidades emite, antecipada e regularmente, a cada  
259 um deles, e-mail informando do encontro e convidando-os a participar. Outro ponto de  
260 discussão foi a colocação feita por Francisco Lopes de que o MAPP da 6ª Conferência  
261 Estadual ainda não havia sido aprovado pelo Governador. Ao final das discussões, os  
262 conselheiros solicitaram a presença do Secretário Adjunto, Sr. Quintino, para o fechamento  
263 da reunião, ocasião em que o indagaram sobre a questão do MAPP destinado à realização  
264 da 6ª Conferência Estadual, ressaltando a grande preocupação do Conselho em relação  
265 àquele fato. O Secretário Quintino, após ouvi-los, comprometeu-se a tratar daquele assunto  
266 com o Secretário Executivo, Ronaldo, logo ao início da tarde daquele mesmo dia. Em  
267 seguida, o conselheiro José Lino aproveitou para falar sobre a ausência dos coordenadores  
268 da SCidades e do IDECE nas reuniões do ConCidades, tendo o Secretário Quintino se  
269 comprometido a, doravante, passar a convocá-los diretamente. Por fim, o conselheiro Mário  
270 Fracalossi, como membro do ConCidades, convidou o Secretário Quintino para estar  
271 presente em todas as reuniões daquele Conselho, tendo o Secretário aquiescido ao convite  
272 e manifestado sua disposição em se fazer presente, sempre que possível. Nada mais  
273 havendo a tratar o Secretário Quintino agradeceu a presença e participação de todo(a)s e  
274 deu por encerrada a presente reunião.

  
**Francisco Quintino Vieira Neto**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades/CE



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

### CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE MINUTA DA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed. Seplag, Cambéa, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao vigésimo-primeiro dia do mês de novembro, do ano de dois mil e dezesseis, às 08:30h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Executivo do ConCidades-CE, Sr. Francisco das Chagas Lopes da Silva. PAUTA: 1) Abertura; Aprovação da Pauta da 27ª Reunião; e Aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE; 2) Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos; 3) Apresentação dos Comitês; 4) Responsabilidade do Conselho das Cidades em relação à política urbana; 5) Debate/apreciação de recursos para realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades; 6) Aprovação da indicação de membros para compor o Grupo de Trabalho da Superintendência do Patrimônio da União (GT-SPU) e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico; 7) Apresentação da Lei Complementar nº 162 / Decreto Nº 32.024, de 29 de agosto de 2016. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O Sr. **Francisco das Chagas Lopes da Silva (Secretário Executivo do ConCidades)** deu início à reunião submetendo aos presentes, primeiramente, a pauta do encontro, esclarecendo que a apresentação da Lei Complementar nº 162, diferentemente do apresentado na pauta, aconteceria dentro da reunião do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde. Dito isto, a Secretaria Executiva do ConCidades apresentou à avaliação dos conselheiros uma segunda proposta de pauta, com os mesmos pontos contemplados na pauta inicial, contudo, reordenados e com os tempos destinados a sua apreciação e debate reduzidos, tendo em vista que a 27ª reunião deveria ser concluída ao final do período matinal, considerando ter sido autorizado somente o fornecimento de *coffee break* para aquele encontro. A nova proposta de pauta, após lida, foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. Na sequência, o conselheiro José Airton (Faita) pediu a palavra para colocar a seguinte questão de ordem. Ressaltando que o número de conselheiros titulares e suplentes ali presentes, até aquele momento, apresentava-se aquém do *quórum* regimental exigido para que pudessem deliberar sobre a aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária e, ainda, enfatizando a importância da realização das reuniões dos Comitês para a discussão dos temas pertinentes às áreas de atuação da Secretaria das Cidades, sugeriu avançar para as reuniões dos Comitês, no decurso das quais estimava-se fosse o *quórum* regimental para deliberações alcançado, sugestão, esta, acatada por unanimidade. Verificada a presença de apenas dois dos quatro coordenadores de comitês, no caso, o Sr. **Alceu Galvão**, coordenador do **Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde**, e o Sr. **Cyro Régis**, conselheiro e coordenador do **Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana**, foram realizadas somente as reuniões daqueles dois comitês, tendo os conselheiros presentes, pertencentes aos outros comitês, se agregado ou ao Comitê de Saneamento ou ao Comitê de Transporte, conforme seus respectivos interesses em relação àquelas áreas temáticas. Concluídas as reuniões dos comitês, o Plenário do ConCidades voltou a se reunir para dar continuidade da 27ª Reunião. Constatada, nessa ocasião, a existência do *quórum* regimental, foi imediatamente submetida à avaliação do(a) conselheiro(a)s a minuta da Ata da 26ª Reunião Ordinária, acompanhada da minuta da Resolução Normativa Nº 05, que constituía seu Anexo Único, documentos estes que, após ajustados por solicitação dos conselheiros, para inclusão do nome da conselheira Anatalice da Silva Cavalcante entre os membros indicados para compor a Coordenação Executiva do ConCidades-Ce, foram aprovados por unanimidade. Na sequência, o Sr Alceu Galvão e Sr. Cyro Régis apresentaram a todos, resumidamente, os resultados da reunião de seus respectivos Comitês. O coordenador do **Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana**, Sr. **Cyro Régis**, informou aos presentes que a reunião do Comitê consistira, inicialmente, na apresentação feita pelo Supervisor **Rômulo Cabral** (UGP II/Cidades), sobre o estágio atual de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana dos Municípios de Aracati, Coreaú,



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Forquilha e Sobral, a cargo da IDOM Consultoria Ltda, seguida da revisão e análise dos itens que compunham o Plano de Ação daquele Comitê, cuja versão ajustada constitui Anexo Único desta Ata. As deliberações emanadas da reunião do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana encontram-se registradas ao final da presente Ata. Em meio aos relatos das reuniões dos comitês o **Secretário Adjunto das Cidades, Francisco Quintino**, adentrou e permaneceu por alguns instantes na reunião, desculpando-se por não poder ali permanecer por mais tempo, em razão de problema imprevisto que se apresentara e exigia sua presença. Após colocar-se à disposição dos conselheiros para o que precisassem, pediu licença e retirou-se. Na sequência, foi a vez do **Sr. Alceu Galvão**, coordenador do **Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde**, que relatou haver inicialmente contextualizado os participantes sobre a questão regulatória relacionada ao setor e, em seguida, lhes apresentou a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Lei Complementar nº 162 e Decreto Nº 32.024), comentando-a passo a passo. Além disso, falou sobre a demanda pertinente aos Conselhos Metropolitanos e de sua importância para a gestão do setor. No âmbito do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB, para compor o seu Conselho Gestor, nele representando o ConCidades, informou que o Comitê indicara os nomes da conselheira Anatalice da Silva Cavalcante, para atuar como membro titular, e do conselheiro José Ivan de Oliveira, como membro suplente. Os encaminhamentos gerados pela reunião do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde encontram-se registrados ao final da presente Ata. Em seguida, sugeriu, a partir do manifesto interesse e forte participação dos conselheiros, ao longo da reunião, que a próxima reunião do comitê fosse de um dia inteiro, se possível e com a participação da Cagece, para oportunizar uma aproximação maior e um conhecimento mais profundo da atuação daquele órgão, ocasião em que os conselheiros poderiam colocar à mesa os problemas existentes em suas regiões. A conselheira **Gorete Fernandes (Conam)** interveio, em seguida, e acrescentou, com o objetivo de valorizar os Comitês do ConCidades e fortalecê-los ainda mais, a sugestão de o(a)s conselheiro(a)s, ao identificar problema(s) na sua região, formalizassem as suas demandas, através de ofício dirigido à Secretaria Executiva do ConCidades, para o subsequente encaminhamento ao Comitê ou outro órgão pertinente, conforme fosse o assunto tratado na demanda. Ambas as sugestões apresentadas receberam o apoio de todos os conselheiros presentes. No momento que se seguiu, alguns conselheiros pediram a palavra para fazer registros de problemas em suas regiões: **Ana Valéria (Faceds/Aracati)** reportou a situação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE-Aracati), que se arrasta sem solução, acarretando transtornos de toda ordem à população local, e também sobre o sistema de abastecimento de água via poços para atender Majorlândia, Quixaba, Córrego dos Rodrigues, etc., cuja obra se encontra parada. Na sequência, foi a vez do conselheiro **Luis Nilson (UVC)** se manifestar para falar do problema hídrico vivido pela população do Tabuleiro do Luna, que teve seu abastecimento de água cortado pela Cagece para instalação de um novo sistema de abastecimento, a partir de poços, e que até o momento estava sem funcionar, deixando a população local em estado de calamidade pela falta de água. O coordenador do Comitê de Saneamento, **Alceu Galvão**, após ouvi-los e contactar a Cagece para inteirar-se sobre aquelas questões, repassou-lhes algumas informações que acabara de obter do Sr. Tancredo (Cagece), comprometendo-se, por fim, a obter informações mais detalhadas sobre aquelas questões e, posteriormente, repassá-las àqueles conselheiros. Em seguida, o conselheiro **Luis Nilson**, sobre o Tabuleiro do Luna, enfatizou a urgência em se resolver o problema da energização, haja vista a situação crítica em que se encontrava a população local. Neste sentido, requeria que Cagece adotasse uma medida emergencial para dar sustentação hídrica àquela população, enquanto o problema da falta de energização dos poços persistisse. Na sequência, o conselheiro **José Airton** corroborou com a colocação do conselheiro Nilson, em relação a Tabuleiro do Luna, acrescentando que, se a proposta inicial tinha sido uma adutora da Cagece, este órgão deveria ter conversado previamente com a comunidade sobre a forma como isso se daria. Nesse sentido, demandou ao Conselho que enviasse ofício à Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA/Programa Água para Todos, solicitando um balanço dos projetos contemplados com recursos daquele Programa, em especial os executados que ainda estão sem a água. Em seguida, o Sr. **Alceu Galvão** pediu licença para retirar-se, colocando-se à disposição do ConCidades para realizar a próxima reunião do Comitê na segunda quinzena de Janeiro ou primeira quinzena de Fevereiro de 2017 e deixando a Sra. **Marcella Facó**, da Coordenadoria de Saneamento Ambiental e Saúde, responsável por acompanhar a reunião até o seu encerramento.



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Ainda sobre a questão hídrica, a conselheira **Ana Valéria** pediu a palavra para registrar que apesar de a Lei 9.433, estabelecer, em caso de escassez, que o uso prioritário dos recursos hídricos deva ser o consumo humano e a dessedentação de animais, parte da água do Castanhão que deveria abastecer a região do Jaguaribe estava sendo desviada para a usina do Pecém, enquanto comunidades, no Vale do Jaguaribe, sofriam com a seca, contrariando frontalmente aquele dispositivo legal. Neste sentido, registrava um alerta para que fosse feita a perenização do rio Jaguaribe, haja vista o grande número de barragens já totalmente secas. Na sequência, o conselheiro **José Lino (Defensoria Pública Estadual)** pediu espaço para informar que fora procurado, há aproximadamente 40 dias, por uma comunidade do município de Amontada, que lhe reclamara sobre a instalação de usinas eólicas naquela região (entre a praia da Baleia e a de Icaraizinho), com possibilidade de grande impacto ambiental e social. Durante a construção da usina seriam retirados do solo da região cerca de 110 a 120 mil litros de água por dia, o que levaria ao rebaixamento do lençol freático e, posteriormente, à seca, com todas as suas consequências. Além dos impactos ambientais, portanto, a retirada de toda aquela água causaria transtornos incalculáveis. Ainda de acordo com os reclamantes, além daquela, estava projetada a construção de mais cinco usinas na região, algumas passando por áreas de reserva de povos indígenas. Feito o relato, o conselheiro José Lino disse que trazia aquele assunto ao conhecimento do ConCidades porque, confirmada a sua procedência, aquela constituiria uma das mais graves reclamações recebidas na Defensoria Pública, nos últimos tempos. O conselheiro José Lino, já atendendo à sugestão apresentada pela conselheira Gorete, comprometeu-se a fazer um relatório sobre o problema apresentado e a enviá-lo à Secretaria das Cidades, solicitando que o ConCidades o encaminhasse ao Conselho do Meio Ambiente-COEMA para posicionamento daquele órgão sobre o assunto, de vez que envolve também a Semace, no âmbito da concessão das licenças. Em seguida, avançou-se ao próximo ponto de pauta, ou seja, a aprovação da indicação de membros para compor o GT-SPU e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB. Relativamente ao **GT-SPU**, foi indicado o nome da conselheira **Maria Gorete Fernandes (Conam)**, para atuar como titular, e da conselheira **Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa (Cearah Periferia)**, para atuar como suplente. Quanto ao **Conselho Gestor do FESB**, foram indicados os nomes da **conselheira Anatalice da Silva Cavalcante (Cedeca/Itaitinga)**, para atuar como membro titular, e do conselheiro **José Ivan de Oliveira (Ass. Iarense dos Amigos da Infância)**, como membro suplente. Encerrado esse tópico e restando, ainda, dois pontos de pauta a serem tratados, a conselheira Gorete sugeriu a aglutinação dos dois pontos, pela intrínseca relação que guardavam entre si, sugestão acatada por todos. A conselheira Gorete deu início à sua fala lembrando aos conselheiros da razão de existir do ConCidades e do importante papel que cada uma das instituições ali representadas exerce naquele contexto. Neste sentido, conclamou os conselheiros a assumirem a responsabilidade que lhes fora delegada pelas instituições/entidades que representavam e a participarem efetivamente das reuniões do Conselho e dos seus respectivos Comitês, contribuindo positivamente nas discussões sobre os assuntos ali tratados. No âmbito da 6ª Conferência Estadual das Cidades, após lembrar que somente 60(sessenta) municípios cearenses haviam realizado suas conferências, lamentou a fraca participação dos conselheiros da Comissão Preparatória nas reuniões para avaliação e validação das conferências municipais; registrou a falta de apoio logístico da Secretaria das Cidades aos conselheiros naquele processo; e ressaltou que aquele fraco desempenho constituía sinalizador inequívoco do descaso dos próprios conselheiros e do governo estadual com a realização da Conferência Estadual das Cidades. Reportou, ainda, aos presentes, que após a última reunião da Comissão Preparatória os conselheiros presentes ao encontro dirigiram-se ao gabinete do Secretário Adjunto para manifestar sua preocupação com a realização da Conferência Estadual, tendo ouvido daquele gestor que não havia recurso orçamentário para a realização da conferência. Assim, manifestava a sua preocupação não só em relação à manutenção do próprio ConCidades, mas, também, com a possibilidade de não vir a se concretizar a realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades. Na sequência, vários conselheiros e conselheiras usaram da palavra para corroborar as pertinentes colocações feitas pela Sra. Gorete. Em seguida, Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades, após manifestar sua concordância com o que acabara de ser colocado, esclareceu que tudo quanto dependia da Sexec/ConCidades havia sido feito tempestivamente, entre outras coisas, inclusão da manutenção do ConCidades na programação do PPA, garantindo que, a cada ano, houvesse recurso para a manutenção do Conselho;



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

inclusão no MAPP; inclusão no orçamento; realização das viagens ao interior para apoiar os Seminários Regionais. Por fim, colocou que o ConCidades ainda se mantinha vivo porque havia pessoas que acreditavam na importância do que vinha sendo feito. No âmbito da 6ª Conferência Estadual das Cidades, lembrou que uma de suas finalidades era eleger as entidades estaduais que comporiam o ConCidades, para o período mar/2017 a fev/2020, correspondente ao triênio 2017-2019. Neste sentido, alertou que, na perspectiva da não realização da conferência estadual, deveria ser avaliado e definido de que forma aquele processo poderia vir a acontecer. Em seguida, a conselheira Firmiana Siebra (URCA) pediu a palavra para ressaltar a importância que a Universidade Regional do Cariri creditava ao ConCidades, na medida em que, considerando as limitações físicas da conselheira e as limitações logísticas do governo estadual, o qual disponibilizava somente passagens terrestres para o deslocamento dos conselheiros, não hesitava em fornecer passagens aéreas e diárias para a sua representante participar das reuniões do Conselho. Acrescentou, ainda, que lamentava a ausência da gestão superior da Secretaria das Cidades não só nas reuniões do ConCidades, particularmente nos últimos dois anos, mas, também, na região do Cariri, onde, via de regra, vinha se limitando a participar de momentos solenes. Relativamente à possibilidade de as conferências (Estadual e/ou Nacional) não virem a se realizar, sugeria fosse feita uma consulta jurídica que orientasse o ConCidades a como proceder relativamente à eleição de seus membros, de forma a não comprometer a continuidade de suas atividades. Por fim, parabenizou a Sexec/ConCidades que não media esforços para manter o Conselho vivo. Na sequência, a conselheira Gorete pediu a palavra para sugerir que os conselheiros formassem uma comissão para se dirigir ao governador do Estado, com a finalidade de tratar da 6ª Conferência Estadual. O conselheiro José Sousa (Fesec/Sobral) interveio e sugeriu fosse elaborado um ofício solicitando audiência com o Governador Camilo Santana para tratar da 6ª Conferência Estadual das Cidades, ressaltando-se, no corpo do documento, que da audiência participariam, inclusive, conselheiros oriundos do interior do Estado, razão porque a data marcada deveria observar tempo mínimo de antecedência, suficiente para mobilizar os conselheiros à participação no encontro. O conselheiro José de Sousa pediu, ainda, que fosse enviada cópia do documento à Vice-Governadora, junto a qual envidaria esforços no sentido de fortalecer a solicitação. Feitas todas essas colocações e nada mais havendo a tratar, a 27ª Reunião Ordinária do ConCidades foi dada por encerrada, dela resultando os seguintes encaminhamentos aprovados pelo Plenário:

### Coordenadoria do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana / UGP II:

- pedir que a Sexec/ConCidades encaminhe solicitação à Unidade de Gerência-UGP II, no sentido de colher junto aos Prefeitos dos Municípios que elaboram Planos de Mobilidade Urbana quais as medidas tomadas em relação à formação dos grupos locais de acompanhamento dos planos;
- indicar, através de Resolução do ConCidades, a Conselheira Ana Valéria de Oliveira (Aracati) e demais conselheiros dos municípios que elaboram Planos de Mobilidade Urbana (Coreaú/Forquilha/Sobral) a integrarem os grupos locais de elaboração dos citados planos;
- solicitar à Sexec/ConCidades que promova a apresentação dos conselheiros Firmiana Fonseca e Cícero Ricardo Pereira à Unidade de Gerenciamento(UGPI) para acompanharem o processo de planejamento e elaboração do Plano Regional do Cariri;

### b) Coordenadoria do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde:

- realizar a próxima reunião do Comitê em período integral (manhã e tarde) e, se possível, com a participação da Cagece;
- realizar reunião e visita a Itaitinga para tratar sobre destinação dos resíduos dos Presídios;
- realizar visita para verificação do esgotamento sanitário do bairro Dias Macedo / Rua Primeiro de Maio;

### c) Sexec/ConCidades:

- elaborar e enviar ofício à Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA/Programa Água para Todos, solicitando o balanço dos projetos contemplados com recursos do Programa, em especial os executados que ainda estejam sem a água;
- formalizar solicitação à Unidade de Gerência-UGP II, no sentido de colher junto aos Prefeitos dos Municípios que elaboram Planos de Mobilidade Urbana quais as medidas tomadas em relação à formação dos grupos locais de acompanhamento desses planos;



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

- elaborar Resolução Administrativa indicando a conselheira Ana Valéria de Oliveira (Faceds/Aracati) e José da Silva Sousa (Fesec/Sobral) para integrarem os grupos de acompanhamento local de elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana de Aracati e Sobral, respectivamente;
- promover a apresentação dos conselheiros Firmiana Fonseca e Cícero Ricardo Pereira à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP I), para acompanharem o andamento do processo de planejamento e elaboração do Plano Regional do Cariri;
- após decisão Conselho Nacional sobre realização da Conferência Nacional, elaborar ofício da Coordenação Executiva do Conselho ao Governo do Estado, solicitando audiência para tratar da manutenção do ConCidades e realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades;
- d) Conselheiros e Conselheiras – formalizar as demandas apresentadas na 27ª reunião, através de ofício dirigido à Secretaria Executiva do ConCidades, para subsequente encaminhamento ao Comitê ou órgão pertinente, conforme assunto tratado na demanda.

**Francisco Quintino Vieira Neto**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades/CE